



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORAIS

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2021 (Da Sra. ERIKA KOKAY)

Requer a realização de diligência desta Comissão nas Unidades Prisionais de Luziânia, Aparecida de Goiás, Águas Lindas e Novo Gama, no Estado de Goiás.

Senhor Presidente,

Nos termos com base no artigo 255, c/c o artigo 24, ambos do Regimento Interno da Câmara Federal – RICD, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Colegiado desta Comissão, a realização de diligência desta Comissão nas Unidades Prisionais de Luziânia, Aparecida de Goiás, Águas Lindas e Novo Gama, no Estado de Goiás.

JUSTIFICAÇÃO

Familiares de apenados do sistema prisional do Estado de Goiás, mais especificamente das Unidades Prisionais do Novo Gama, Aparecida de Goiás, Luziânia e Águas Lindas, denunciaram diversas violações de direitos humanos nas referidas instituições. Entre as violações, os familiares relatam a inaplicabilidade do devido processo legal, castigo coletivo, tortura, humilhações. Além disso, relatam falta de informação, ausência de assistência médica e odontológica em tempo hábil, apropriação indevida de itens pessoais por parte dos agentes de segurança, restrição de alimentos externos e internos como forma de punição e a suspensão das visitas, desde março de 2020, sob o argumento da situação de pandemia.





Câmara dos Deputados
Gabinete da Deputada Erika Kokay

Além dos problemas acima descritos, chama atenção uma situação particular envolvendo três Unidades Prisionais localizadas em: Novo Gama, Águas Lindas e Luziânia. Segundo relatos dos familiares, após uma suposta rebelião ocorrida no dia 18 de maio de 2021, na Unidade Prisional do Novo Gama, 180 detentos foram recambiados para as unidades prisionais de Águas Lindas-GO e Luziânia-GO. Desde então, os familiares e os advogados estão sem contato físico ou visual com os detentos, e as notícias oficiais são repassadas de forma divergente. As únicas informações são dos ex-apenados que saíram e narraram a precariedade do espaço, os maus-tratos sofridos, os castigos perpetrados e a debilidade física de alguns internos.

Em virtude da presente situação, os familiares se encontram aflitos e temerosos quanto às condições de cumprimento da sentença, tendo agravado ainda mais a realização do acompanhamento que lhes é garantido pela legislação brasileira, em razão da distância aumentada entre o domicílio dos familiares e as Unidades Prisionais em que os apenados cumprem a pena no presente momento.

Face ao exposto e pelas razões acima relatadas, apresentamos o presente requerimento de diligência às Unidades Prisionais acima identificadas, com vistas a conhecer a realidade ora descrita, bem como para a adoção das medidas destinadas a restabelecer a ordem jurídica violada.

Sala da Comissão em, ___ de _____ de 2021.

Deputada **ERIKA KOKAY – PT/DF**

